



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/03/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. OUVIDORIA.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2 - 3
1.3. VARAS CRIMINAIS.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. PRESIDENTE.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	7
3.2. PRESIDÊNCIA.....	8 - 9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	10
4.2. DESEMBARGADORES.....	11
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DESEMBARGADORES.....	12 - 13
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. AÇÕES TJMA.....	14 - 15
6.2. JUÍZES.....	16
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DESEMBARGADORES.....	17
8. JORNAL O PROGRESSO	
8.1. DECISÕES.....	18
8.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	19 - 21
8.3. VARAS CRIMINAIS.....	22
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. DECISÕES.....	23
9.2. DESEMBARGADORES.....	24
9.3. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	25
9.4. OUVIDORIA.....	26 - 28
9.5. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	29
9.6. VARAS CRIMINAIS.....	30

Ouvidoria do Judiciário promove audiência pública em Caxias

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoverá audiência pública com a população do polo judicial de Caxias – o terceiro maior do Estado –, no dia 27 de março, às 19 horas, no fórum da cidade, para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações sobre os serviços da Justiça Estadual oferecidos nas comarcas da região – Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

De acordo com o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, a audiência será a primeira de uma série de ações a serem desenvolvidas pelo órgão visando uma maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade.

“É no contexto da Justiça democrática de proximidade que se avulta o papel da Ouvidoria, que não deve ser um órgão de representatividade apenas, mas que incorpora as suas ações ouvindo a manifestação do cidadão e recebendo o que se pode trazer de novidade ao Judiciário. Aí está a grande questão”, assinala.

Dados da Ouvidoria demonstram que reclamações sobre a morosidade processual correspondem a 77% do total das manifestações recebidas por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores.

“Já temos um panorama. A ideia é discutirmos as soluções com os juízes”, adianta Paulo Velten.

Pág. 6

Presidente do TJMA discute reivindicação de concursados com parlamentares



Pág. 2

Plano de Educação do Maranhão é referência para outros estados

O Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE) é referência no Ministério da Educação para outros estados que estão na fase inicial de elaboração. A informação foi dada pelo secretário de Estado de Educação, Pedro Fernandes, nesta terça-feira (18), durante entrevistas concedidas em emissoras de rádio de São Luís.

Presidente do TJMA discute reivindicação de concursados com parlamentares



A presidente do JMA disse que o apoio da Assembleia é importante para a solução da falta de pessoal na Justiça de 1º grau

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu nesta terça-feira (18) a visita de um grupo de deputados estaduais, e esclareceu sobre a situação de aprovados no concurso público de 2011 do Poder Judiciário, que pertencem ao cadastro de reserva e ainda não foram convocados.

Os deputados Neto Evangelista, Bira do Pindaré, Edilázio Júnior e Fran-

cisca Primo informaram que foram procurados pelos concursados, que pediram o apoio dos parlamentares em favor da sua convocação.

A presidente do TJMA reconheceu a necessidade de novas contratações e informou aos deputados que o Judiciário precisa do reforço de mais 94 juizes de direito para que possa instalar varas judiciais já criadas por lei e de mais de

120 servidores, mas não há condições orçamentárias e financeiras para as nomeações.

“Ninguém mais que o Poder Judiciário tem o interesse em chamar esses servidores, mas não há como nomeá-los sem que haja disponibilidade financeira na folha de pagamento. Estamos tratando com o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Planejamento, a nomeação

imediate de pelo menos 120 servidores, em caráter de urgência”, declarou Cleonice Freire.

A desembargadora agradeceu a participação dos parlamentares na discussão e disse que o apoio da Assembleia é necessário para a solução da falta de pessoal enfrentada principalmente pela Justiça de 1º grau.

O deputado Neto Evangelista pediu informações ao Tribunal sobre a possibilidade de nomeação de novos servidores. Ao final da reunião, o deputado Bira do Pindaré (PSB) ressaltou que há uma ansiedade entre os concursados, mas há também um esforço do Tribunal para resolver a situação. “A presidente do TJMA esclareceu bem a situação e tem o nosso pleno apoio”, declarou.

Já o deputado Edilázio Júnior (PV) sugeriu um contato mais próximo entre o Judiciário e a o Legislativo estadual no sentido de acompanhar as iniciativas de interesse da magistratura e dos servidores.

Comissão criada pela Sejap visita obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís



Visita da comissão às obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís

Uma Comissão formada por setores do poder público e sociedade civil visitou, na segunda-feira (18), as obras de construção do Presídio de Segurança Máxima em São Luís. Acompanhada do secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, a comissão analisou a situação das obras.

Criada pela secretária de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), em outubro do ano passado, para acompanhar a execução de projetos de reforma, ampliação e reaparelhamento do Sistema Penitenciário do Maranhão, a

comissão, sob comando do engenheiro Glimm Marcos, passou por todos os setores em construção. Em cada local foi explicado como estavam sendo realizados os serviços, a forma de ventilação e materiais utilizados na construção.

O secretário Sebastião Uchôa destacou a velocidade do trabalho e se disse otimista quanto ao término. "É um passo importante para a implantação de um novo modelo no sistema prisional do Maranhão", pontuou.

O engenheiro Glimm Marcos explicou que as alas carcerárias feitas com monoblocos de concretos vieram

da cidade de Porto Alegre e que todo o resto do presídio está sendo construído por profissionais maranhenses, em sua maioria, da comunidade que está sendo erguida a unidade prisional. "Apesar de alguns imprevistos, entre os quais as chuvas, estamos com cerca de 50 % das obras em andamento. O trabalho segue inclusive nos finais de semana para que a obra seja entregue no prazo previsto", disse.

Para a Juíza Titular da 1ª Vara de Execuções Penais da capital, Ana Maria Almeida, o acompanhamento da comissão às obras é fundamental. Esperamos a conclusão para que se inicie esse novo modelo de carceragem no estado".

Presentes à visita, o subsecretário e o adjunto da Sejap, Mário Leonardo e Kécio Rabelo; representando o juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Fernando Mendonça, entre outros representantes de órgãos de secretarias de estado, poder Judiciário, Ministério Público e sociedade civil.

Presídio de Segurança Máxima

O Presídio de Segurança Máxima contará com 479 vagas sendo dividido em quatro blocos para celas coletivas, para até oito internos; dois para celas disciplinares que garantem até dois internos; triagem e ainda celas para portadores de deficientes especiais (PEN). Cada bloco contará com seu solário, local em que é realizado o banho de sol.

As alas das carceragens são feitas com monoblocos de concretos que, segundo a engenheira da Sejap, Cristiane Guimarães, são quatro vezes mais resistentes e impossíveis de escavar um túnel manualmente.

Além de toda estrutura da carceragem, a unidade prisional contará com setor administrativo, de saúde, psicológico, refeitório, lavanderia, alojamento para servidores e local para o parlatório e atendimento jurídico disponível em cada bloco.

PRESIDENTE DO TJMA DISCUTE REIVINDICAÇÃO DE CONCURSADOS



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (foto) recebeu ontem (18) a visita de um grupo de deputados estaduais, e esclareceu sobre a situação de aprovados no concurso público de 2011 do Poder Judiciário, que pertencem ao cadastro de reserva e ainda não foram convocados. Os deputados Neto Evangelista, Bira do Pindaré, Edilázio Júnior e Francisca Primo informaram que foram procurados pelos concursados, que pediram o apoio dos parlamentares em favor da sua convocação. **PÁGINA 3**

 APOIO

Presidente do TJMA discute reivindicação de concursados com parlamentares

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu ontem (18) a visita de um grupo de deputados estaduais, e esclareceu sobre a situação de aprovados no concurso público de 2011 do Poder Judiciário, que pertencem ao cadastro de reserva e ainda não foram convocados.

Os deputados Neto Evangelista, Bira do Pindaré, Edilázio Júnior e Francisca Primo informaram que foram procurados pelos concursados, que pediram o apoio dos parlamentares em favor da sua convocação.

A presidente do TJMA reconheceu a necessidade de novas contratações e informou aos deputados que o Judiciário precisa do reforço de mais

94 juízes de direito para que possa instalar varas judiciais já criadas por lei e de mais de 120 servidores, mas não há condições orçamentárias e financeiras para as nomeações.

"Ninguém mais que o Poder Judiciário tem o interesse em chamar esses servidores, mas não há como nomeá-los sem que haja disponibilidade financeira na folha de pagamento. Estamos tratando com o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Planejamento, a nomeação imediata de pelo menos 120 servidores, em caráter de urgência", declarou Cleonice Freire.

A desembargadora agradeceu a participação dos parlamentares na discussão

e disse que o apoio da Assembleia é necessário para a solução da falta de pessoal enfrentada principalmente pela Justiça de 1º grau.

O deputado Neto Evangelista pediu informações ao Tribunal sobre a possibilidade de nomeação de novos servidores. Ao final da reunião, o deputado Bira do Pindaré (PSB) ressaltou que há uma ansiedade entre os concursados, mas há também um esforço do Tribunal para resolver a situação. "A presidente do TJMA esclareceu bem a situação e tem o nosso pleno apoio", declarou.

Já o deputado Edilázio Júnior (PV) sugeriu um contato mais próximo entre o Judiciário e a o Legislativo estadual no sentido de acompanhar as

iniciativas de interesse da magistratura e dos servidores.

COMISSÃO - Durante a reunião, o diretor-geral do TJMA, Hebert Leite, informou que recebeu uma comissão de concursados em 19 de março, quando foram informados da impossibilidade de o Tribunal efetuar convocações sem que houvesse o suporte orçamentário e da prorrogação do prazo inicial de validade do concurso (abril de 2014), por mais dois anos.

O diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon, advertiu que antes de preencher novas vagas o Tribunal deve abrir concurso interno de remoção entre os funcionários da ativa, por determinação do Conselho Nacional de Justiça.

== JÚRI POPULAR ==

Francisco das Chagas vai a novo julgamento no dia 26 de março



Assassino em série Francisco das Chagas

O serial killer Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, que ficou conhecido pelo 'Caso dos Meninos Emasculados', vai voltar a júri a popular no próximo dia 26, no Fórum de Justiça de Paço do Lumiar, desta vez pela julgamento de dois homicídios.

Francisco das Chagas é considerado o maior assassino em série do país. Ele já tem 10 condenações, totalizando mais de 277 anos de prisão. Ao todo, Chagas responde pela morte e mutilação de 42 meninos: 30 moravam no Maranhão e 12 no Pará, estado que viveu entre 1989 e 1993. Os crimes teriam ocorrido entre os anos de 1991 a 2004.

O último julgamento do serial killer ocorreu em 2012, quando foi condenado a 27 anos e seis meses pela morte do menino Alexandre Lemos Pereira, ocorrida no ano de 2002, em São José de Ribamar, quando a vítima tinha apenas nove anos de idade.

Relembre - A série de assassinatos de Francisco das Chagas ficou conhecida como o "Caso dos Meninos Emasculados" e teve repercussão internacional. Ele é acusado de 42 mortes de meninos nos estados do Maranhão e do Pará. Todos tinham o mesmo perfil: estavam na faixa etária de quatro a 15 anos e eram de famílias pobres. Os crimes tinham as mesmas características: as vítimas eram abusadas e mutiladas.

De acordo com o que foi apurado pelas investigações da polícia, ele atraía os meninos para a mata fechada, chamando-os para brincar ou comer. Então, começava o ritual macabro, matando e emasculando os jovens. Os assassinatos foram cometidos de 1989 a 2003, quando o mecânico foi preso na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luis.

PRESIDENTE DO TJMA DISCUTE REIVINDICAÇÃO DE CONCURSADOS

PAG.02

Presidente do TJMA discute reivindicação de concursados com deputados estaduais



Situação de aprovados no concurso de 2011 foi palta da reunião

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu nesta terça-feira (18) a visita de um grupo de deputados estaduais, e esclareceu sobre a situação de aprovados no concurso público de 2011 do Poder Judiciário, que pertencem ao cadastro de reserva e ainda não foram convocados.

Os deputados Neto Evangelista, Bira do Pindaré, Edilázio Júnior e Francisca Primo informaram que foram procurados pelos concursados, que pediram o apoio dos parlamentares

em favor da sua convocação.

A presidente do TJMA reconheceu a necessidade de novas contratações e informou aos deputados que o Judiciário precisa do reforço de mais 94 juizes de direito para que possa instalar varas judiciais já criadas por lei e de mais de 120 servidores, mas não há condições orçamentárias e financeiras para as nomeações.

"Ninguém mais que o Poder Judiciário tem o interesse em chamar esses servidores, mas não há como nomeá-los sem que haja disponibilidade finan-

ceira na folha de pagamento. Estamos tratando com o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Planejamento, a nomeação imediata de pelo menos 120 servidores, em caráter de urgência", declarou Cleonice Freire.

A desembargadora agradeceu a participação dos parlamentares na discussão e disse que o apoio da Assembleia é necessário para a solução da falta de pessoal enfrentada principalmente pela Justiça de 1º grau.

O deputado Neto Evangelista pediu informações ao Tribunal

sobre a possibilidade de nomeação de novos servidores. Ao final da reunião, o deputado Bira do Pindaré (PSB) ressaltou que há uma ansiedade entre os concursados, mas há também um esforço do Tribunal para resolver a situação. "A presidente do TJMA esclareceu bem a situação e tem o nosso pleno apoio", declarou.

Já o deputado Edilázio Júnior (PV) sugeriu um contato mais próximo entre o Judiciário e a o Legislativo estadual no sentido de acompanhar as iniciativas de interesse da magistratura e dos servidores.

COMISSÃO - Durante a reunião, o diretor-geral do TJMA, Hebert Leite, informou que recebeu uma comissão de concursados em 19 de março, quando foram informados da impossibilidade de o Tribunal efetuar convocações sem que houvesse o suporte orçamentário e da prorrogação do prazo inicial de validade do concurso (abril de 2014), por mais dois anos.

O diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon, advertiu que antes de preencher novas vagas o Tribunal deve abrir concurso interno de remoção entre os funcionários da ativa, por determinação do Conselho Nacional de Justiça.

Desembargador decide pela recondução do prefeito de Alto Alegre do Pindaré

Raimundo Barros reconsiderou decisão do desembargador Guerreiro Júnior determinando que Atenir Ribeiro (PRTB) voltasse a comandar o município

Divulgação

Carla Lima
Da editoria de Política

O prefeito de Alto Alegre do Pindaré, Atenir Ribeiro Marques (PRTB), foi reconduzido ao cargo em decisão monocrática no Tribunal de Justiça (TJ). Ontem, o desembargador Raimundo Barros derrubou a liminar concedida há menos de uma semana pelo desembargador Guerreiro Júnior, que confirmava a cassação do prefeito por improbidade administrativa.

Atenir Ribeiro foi afastado do mandato em novembro do ano passado pela Justiça de primeiro grau, que julgou procedente a ação impetrada pelo Ministério Público, que acusou o prefeito de ferir os princípios da impessoalidade, moralidade, boa-fé administrativa, legalidade e eficiência no serviço público ao declarar situação de emergência em Alto Alegre do Pindaré, de forma desnecessária.

A defesa do prefeito entrou com recurso no Tribunal de Justiça e, em janeiro, a 1ª Câmara Cível confirmou sua cassação em decisão que teve os votos favoráveis dos desembargadores Kleber Carvalho, Jorge Hachid e Raimunda Bezerra. Em novos recursos com pedido de liminar, Atenir Ribeiro ainda tentou retornar ao mandato, mas todas as tentativas foram negadas pelos membros da 1ª Câmara Cível.

Dia 13 deste mês, após recursos de Atenir Ribeiro, a desembargadora Ângela Salazar con-



Prefeito de Alto Alegre Atenir Ribeiro retorna ao mandato pela segunda vez em menos de uma semana

Mais

Na decisão da desembargadora Ângela Salazar, que substituiu a desembargadora Raimunda Bezerra na 1ª Câmara Cível e deferindo os embargos de declaração da defesa do prefeito, Atenir Ribeiro chegou a retornar a cadeira de prefeito. No entanto, com menos de um dia, ele teve de deixar o mandato novamente por força de liminar de Guerreiro Júnior, que deferiu pedido impetrado pelo município de Alto Alegre.

cedeu nova liminar suspendendo os efeitos da decisão da 1ª Vara de Santa Luzia e reconduzindo ao cargo o prefeito. Em menos de 24 horas, a decisão da magistrada foi derrubada por Guerreiro Júnior, que respondia por plantão de fim de semana.

Com a liminar concedida pe-

lo desembargador, Etenir Ribeiro teve que mais uma vez deixar a prefeitura.

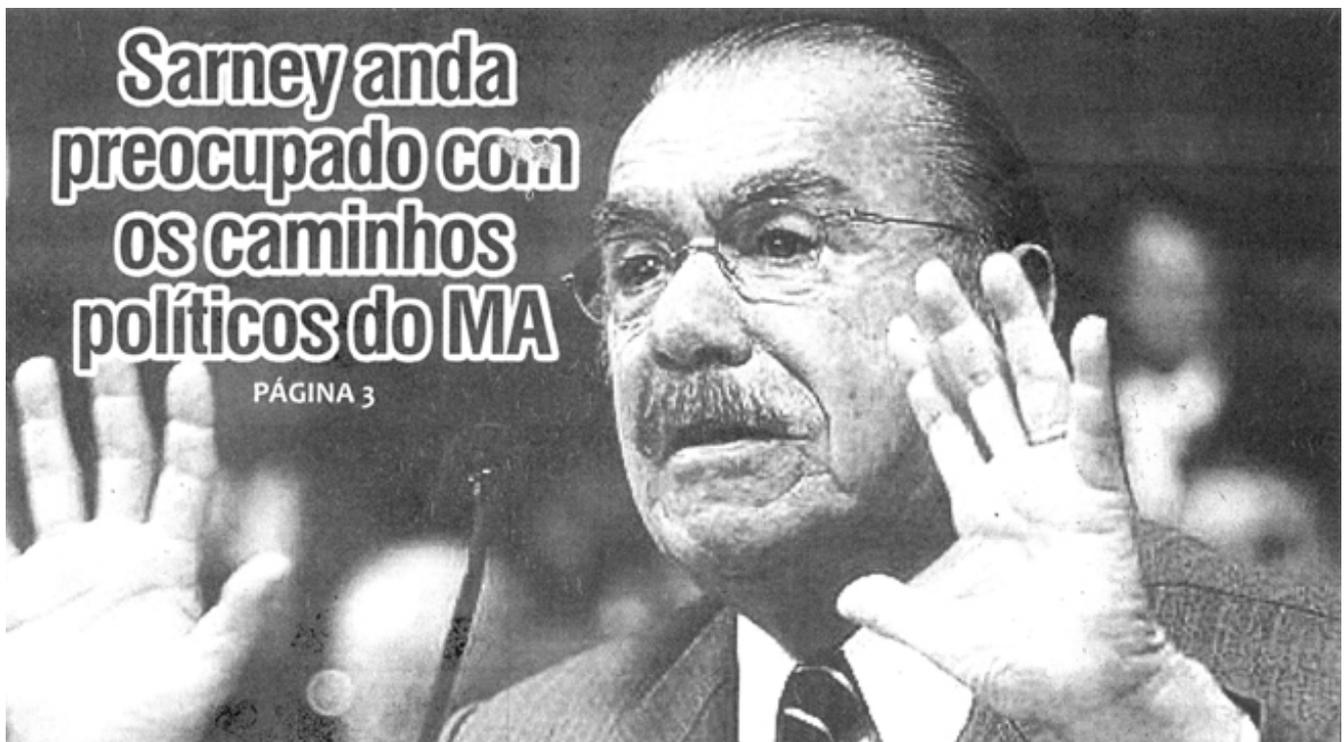
Ontem, cerca de quatro dias depois, o desembargador Raimundo Barros derrubou essa decisão de Guerreiro Júnior reconduzindo Atenir Ribeiro ao cargo.

"Logo, em juízo de cognição sumária, reconsidero a decisão proferida em sede de Plantão Judicial de 2º grau, e por sua vez indefiro a liminar requerida, eis que não existem razões suficientes para suspensão do julgamento dos Embargos Declaratórios nº 6.908/2014, devendo ser mantida a decisão colegiada proferida pela 1ª Câmara Cível do Tribunal deste Tribunal de Justiça", trecho da decisão de Raimundo Barros.

O prefeito Atenir Ribeiro retornou ontem à noite ao mandato reassumindo a Prefeitura que estava sendo comandada pelo vice-prefeito, Francisco Gomes da Silva, o Edésio (PDT).

Dia Internacional da Mulher

Mulheres que ocupam cargos relevantes na sociedade debatendo sobre temas do universo feminino. Assim será o “happy hour” especial para as advogadas maranhenses que a OAB/MA promove dia 27 desse mês, uma quinta-feira, a partir das 19h, no restaurante Maracangalha. Os ingressos serão distribuídos na Loja do Advogado, no prédio da OAB/MA, a partir do dia 24, respeitando a lotação do Maracangalha. Entre as convidadas para o bate-papo informal com as profissionais de Direito, estão a desembargadora e corregedora-geral da Justiça do TJ/MA, Nelma Sarney; a endocrinologista, Honorina Lopes; a presidente da Associação Comercial, Luzia Resende; e a conselheira federal da OAB, Valéria Lauande.



SEM BAIXAR AS GUARDAS

Já bastante cansado da vida política, o senador pelo Amapá José Sarney (PMDB), mostra-se bastante preocupado com os caminhos que andam no Maranhão. Mas tudo indica que para o senador se desligar de vez da vida pública, ainda tem duas duras tarefas pela frente. Eleger o neto Adriano Sarney deputado estadual e com a filha Roseana que não sabe se deixa ou permanece no governo.

Cansado de guerra, Sarney anda preocupado com os novos caminhos políticos no Maranhão

Desde que tem passado alguns dias em São Luís, o senador José Sarney tem tido duas visíveis preocupações: fazer o neto Adriano Sarney o candidato a deputado estadual mais votado do Maranhão e com o futuro da filha, a governadora Roseana Sarney.

Durante todo o dia de ontem recebeu diversos amigos conhecidos e políticos novos em sua residência, no Calhau. Para alguns aproveitou e pediu votos ao filho do deputado federal Zequinha Sarney.

Boa parte que passou lá já estava comprometida e o senador teve que esconder o sorriso amarelo e pedir desculpas. Ele também tem feito campanha para o neto por telefone. Já conseguiu alguns apoios, é verdade.

Mas a maior preocupação do ex-presidente da República é com Roseana Sarney. O



Senador pelo Amapá José Sarney, pede calma para os amigos e familiares

ex-prefeito de Pindaré, Henrique Salgado, lembrou ao senador que um clima de perseguição pode se abater sobre a filha governadora em caso do adversário ganhar a elei-

ção ou até mesmo vindo de alguns membros mais novos do Judiciário.

E percebeu em Sarney o semblante abatido. O senador explicou que tem sido

duro convencer a filha a manter a representação do grupo em Brasília, no plano nacional. E revelou que Roseana não será mesmo candidata agora em 2014.

Comissão visita obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís

O Presídio de Segurança Máxima contará com 479 vagas sendo dividido em quatro blocos para celas coletivas. Cada bloco contará com seu solário, local em que é realizado o banho de sol *Pag. 11*



Visita da comissão às obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís

Comissão visita obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís

O Presídio de Segurança Máxima contará com 479 vagas sendo dividido em quatro blocos para celas coletivas. Cada bloco contará com seu solário, local em que é realizado o banho de sol



Visita da comissão às obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís

Uma Comissão formada por setores do poder público e sociedade civil visitou, na segunda-feira (18), as obras de construção do Presídio de Segurança Máxima em São Luís. Acompanhada do secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, a comissão analisou a situação das obras.

Criada pela secretária de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), em outubro do ano passado, para acompanhar a execução de projetos de reforma, ampliação e reaparelhamento do Sistema Penitenciário do Maranhão, a comissão, sob co-

mando do engenheiro Glimm Marcos, passou por todos os setores em construção. Em cada local foi explicado como estavam sendo realizados os serviços, a forma de ventilação e materiais utilizados na construção.

O secretário Sebastião Uchôa destacou a velocidade do trabalho e se disse otimista quanto ao término. "É um passo importante para a implantação de um novo modelo no sistema prisional do Maranhão", pontuou.

O engenheiro Glimm Marcos explicou que as alas carcerárias feitas com monoblocos de concretos vieram da

cidade de Porto Alegre e que todo o resto do presídio está sendo construído por profissionais maranhenses, em sua maioria, da comunidade que está sendo erguida a unidade prisional. "Apesar de alguns imprevistos, entre os quais as chuvas, estamos com cerca de 50 % das obras em andamento. O trabalho segue inclusive nos finais de semana para que a obra seja entregue no prazo previsto", disse.

Para a Juíza Titular da 1ª Vara de Execuções Penais da capital, Ana Maria Almeida, o acompanhamento da comissão às obras é fundamental. "Esperamos a conclusão para que

se inicie esse novo modelo de carceragem no estado".

Presentes à visita, o subsecretário e o adjunto da Sejap, Mário Leonardo e Kécio Rabelo; representando o juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Fernando Mendonça, entre outros representantes de órgãos de secretarias de estado, poder Judiciário, Ministério Público e sociedade civil.

PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÁXIMA - O Presídio de Segurança Máxima contará com 479 vagas sendo dividido em quatro blocos para celas coletivas, para até oito internos; dois para celas disciplinares que garantem até dois internos; triagem e ainda celas para portadores de deficientes especiais (PEN). Cada bloco contará com seu solário, local em que é realizado o banho de sol.

As alas das carceragens são feitas com monoblocos de concretos que, segundo a engenheira da Sejap, Cristiane Guimarães, são quatro vezes mais resistentes e impossíveis de escavar um túnel manualmente.

Além de toda estrutura da carceragem, a unidade prisional contará com setor administrativo, de saúde, psicológico, refeitório, lavanderia, alojamento para servidores e local para o parlatório e atendimento jurídico disponível em cada bloco. Para os agentes e monitores da unidade serão feitas passarelas entre as alas para que a circulação dentro do presídio seja segura e eficaz.

'SOBRANDO VAGAS'

TJMA discute reivindicação de concursados com parlamentares



A presidente do TJMA reconheceu a necessidade de novas contratações

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu nesta terça-feira (18) a visita de um grupo de deputados estaduais, e esclareceu sobre a situação de aprovados no concurso público de 2011 do Poder Judiciário, que pertencem ao cadastro de reserva e ainda não foram convocados.

Os deputados Neto Evangelista, Bira do Pindaré, Edilázio Júnior e Francisca Primo informaram que foram procu-

rados pelos concursados, que pediram o apoio dos parlamentares em favor da sua convocação.

A presidente do TJMA reconheceu a necessidade de novas contratações e informou aos deputados que o Judiciário precisa do reforço de mais 94 juízes de direito para que possa instalar varas judiciais já criadas por lei e de mais de 120 servidores, mas não há condições orçamentárias e financeiras para as nomeações.

"Ninguém mais que o Poder Judiciário tem o interesse em chamar esses servidores, mas não há como nomeá-los sem que haja disponibilidade financeira na folha de pagamento. Estamos tratando com o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Planejamento, a nomeação imediata de pelo menos 120 servidores, em caráter de urgência", declarou Cleonice Freire.

A desembargadora agradeceu a participação dos parlamentares na discussão e disse que o apoio da Assembleia é necessário para a solução da falta de pessoal enfrentada principalmente pela Justiça de 1º grau.

O deputado Neto Evangelista pediu informações ao Tribunal sobre a possibilidade de nomeação de novos servidores. Ao final da reunião, o deputado Bira do Pindaré (PSB) ressaltou que há uma ansiedade entre os concursados, mas há também um esforço do Tribunal para resolver a situação.

"A presidente do TJMA esclareceu bem a situação e tem o nosso pleno apoio", declarou.

Já o deputado Edilázio Júnior (PV) sugeriu um contato mais próximo entre o Judiciário e a o Legislativo estadual no sentido de acompanhar as iniciativas de interesse da magistratura e dos servidores.

COMISSÃO - Durante a reunião, o diretor-geral do TJMA, Hebert Leite, informou que recebeu uma comissão de concursados em 19 de março, quando foram informados da impossibilidade de o Tribunal efetuar convocações sem que houvesse o suporte orçamentário e da prorrogação do prazo inicial de validade do concurso (abril de 2014), por mais dois anos.

O diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon, advertiu que antes de preencher novas vagas o Tribunal deve abrir concurso interno de remoção entre os funcionários da ativa, por determinação do Conselho Nacional de Justiça.

Foro privilegiado

Uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado pode garantir foro privilegiado à governadora Roseana Sarney, após ela cumprir o mandato de governadora. O conselheiro do TCE possui as mesmas prerrogativas de um desembargador do Tribunal de Justiça, e só poderá ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. No caso do TCE, o foro privilegiado é vitalício

Imperatriz: TJ decide que educação de menores em conflito com a lei deve ser garantida pelo Estado

O Estado do Maranhão deve fornecer ou garantir a continuidade de escolarização (educação infantil, ensino básico e fundamental) – diretamente ou por meio de convênio com o município de Imperatriz – aos adolescentes e jovens que estejam internados provisoriamente ou em cumprimento de medida de internação.

A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que confirmou sentença de 1º Grau (Comarca de Imperatriz), contemplando menores em conflito com a lei do Centro de Juventude Semear e aqueles que cumprem medida de semiliberdade no Centro de Juventude Cidadã. A determina-

ção atende pleito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Ação Civil Pública interposta junto ao Poder Judiciário.

Defesa – Na apresentação de sua defesa, o Estado apontou a violação do princípio da separação dos poderes, alegando que cabe ao Executivo – de acordo com a sua conveniência e oportunidade – a realização de seus atos. Solicitou, ainda, a redução do valor da multa diária.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, afirmou que a sentença judicial não afeta quaisquer dos princípios da Administração, muito menos os da discricionariedade, da conveniência e

da oportunidade.

O magistrado citou parecer do Ministério Público, destacando a dimensão objetiva do direito da criança previsto na Carta Magna, que não permite ao Poder Executivo ficar inerte quanto ao cumprimen-

to do seu grave dever constitucional de dar absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente, sob a invocação do princípio da separação dos poderes. (Joelma Nascimento – Asscom/TJMA)



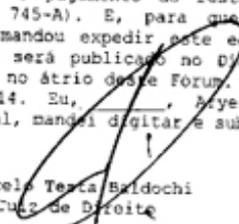
A 3ª Câmara Cível reconheceu a responsabilidade civil do Estado



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ
End: Rua Rui Barbosa, s/n, Centro Cep: 65.900-440
fone: (99) 2101-4017 Fax: (99) 2101-4004

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo 20 dias)

O Excelentíssimo Senhor **Marcelo Testa Baldochi**, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão, na forma da lei etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por esse Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Execução p/ Título Extrajudicial nº 11906-77.2001.8.10.3040 (119062001) em que Milenium Veículos e Peças Ltda move contra **ELIEL DUARTE DE SOUSA**, com a finalidade de **CITAR** a(s) parte(s) requerida(s): **ELIEL DUARTE DE SOUSA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, do teor da ação supramencionada, para no prazo de 3 dias efetuar o pagamento da dívida no valor de **R\$ 10.363,85**, devidamente atualizada, acrescida de juros, custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento), sobre o valor do débito, para os efeitos de sua remição, sob pena de penhora e avaliação. Ficando cientificado o executado que há possibilidade de oferecer embargos à penhora no prazo de 15 (quinze dias) e caso deposite 30% (trinta por cento) do valor da execução inclusive as custas e honorários advocatícios, acrescidos de correção monetária e juros de 1% ao mês, poderá requerer o pagamento do restante em até 06 parcelas mensais (art. 745-A). E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, mandou expedir este edital com prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado no Diário Oficial do Estado e uma via afixada no átrio deste Fórum. Imperatriz, aos 19 de fevereiro de 2014. Eu, , Ayella de Queiroz Leite, Secretária Judicial, mandei digitar e subscrevi.

Marcelo Testa Baldochi
Juiz de Direito


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 10 DIAS)**

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Flávio Roberto Ribeiro Soares, Juiz(a) de Direito da Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão.

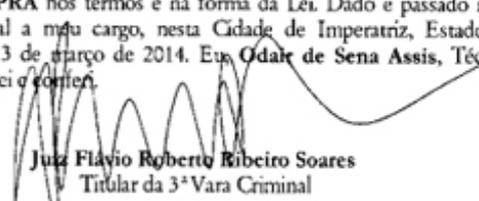
FAZ SABER a todos, pelo presente edital de citação, com prazo de 10 (dez) dias, ou deles conhecimento tiverem, no processo que responde neste Juízo, em que é autor o Ministério Público Estadual e acusado(s)

FINALIDADE

CITAÇÃO do(s) réu(s) abaixo indicado(s), para oferecer(em), por meio de advogado(a), resposta por escrito à acusação (cópia anexa) no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396, caput, do CPP, sob pena dos autos serem enviados à Defensoria Pública, nos termos da Lei.

ACUSADO(S): JEFERSON GOMES, vulgo "Gerson", brasileiro, solteiro, natural de Imperatriz/MA, filho de Maria Elza Gomes ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta Cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 13 de março de 2014. Eu, Odayr de Sena Assis, Técnico Judiciário, o digitei e correei.


Juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares
Titular da 3ª Vara Criminal

SERVENTIA DO 3º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL

COMARCA DE IMPERATRIZ



ESTADO DO MARANHÃO
 Rua Luis Domingues, 1607 – Centro
 Fone: 3524-7940,
 CEP 65901-430 - Imperatriz/MA

EDITAL DE PROTESTO

Maria Feitosa Ribeiro, Tabeliã Oficial do 3º Ofício de Protestos desta Comarca, sito à Rua Luis Domingues, 1607, Centro, faz saber que se encontram nesta Serventia para Protesto os Títulos abaixo discriminados:

SACADO	VALOR RS	BANCO
RESGATE COM DE COUROS E REP LTDA	68.514,05 e 50.080,00	CAIXA
LIMP CENTER PROD DE LIMPEZA LTDA	3.019,12	BRADESCO
J R REPRESENTAÇÕES LTDA	1.097,50	ITAÚ
NEUSILENE PINTO DE A OLIVEIRA	425,60	ITAÚ
CARLOS ANTONIO DE SOUZA	3.232,20	ITAÚ
MARIA DA PAZ SILVA FEITOSA	99,99	ITAÚ
FRANCISCA KARDIELLE DE OLIVEIRA	687,32	BRADESCO
MARELY TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	871,50, 145,00 e 346,50	BRADESCO
ZENIVAL CONCICÇÃO COELHO	1.056,39	BRADESCO
GR COMERCIO LTDA ME	5.000,00	EDIVALDO GUZZO
WAGNER CARLOS OLIVEIRA	50,00	ELISIO BRUNO D FRAGA
RAILSON FERREIRA DE MORAIS	50,00	ELISIO BRUNO D FRAGA
JOSIELMA GUIMARÃES SOUSA	1.661,00	TIAGO PEREIRA DE FRANÇA
CELERE TRANSP DE CARGAS LTDA	671,00	ITAÚ
JESSICA VELASCO GALDINO	103.684,39	CAIXA
VALDEMER CAMELO DA SILVA	188,12	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
PAULO CESAR RIBEIRO	280,71	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
RAYDON DE SOUSA BRITO	306,00	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
FABIO DA COSTA PEREIRA	149,03	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
OSMAR DENIG	192,60	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
TARCISIO PEREIRA DO NASCIMENTO	309,23	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
MAURICIO SILVA PEREIRA	206,73	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
RONALDO PEREIRA DE SOUSA	182,68	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
LEONILDO JOSE DOS SANTOS	174,22	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
HERBERT COSTA PENHA JUNIOR	47,49	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
PATRICIA WINDSOR COELHO SILVA	304,96	TJMA TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO

Por não ter sido possível encontrar os responsáveis acima, pelo presente ficam eles intimados para no tríduo legal pagar ou alegar por que não o fazem, sob pena de protesto.

Imperatriz/MA, 18 de Março de 2014.

3º CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL
 Maria Feitosa Ribeiro
 Tabeliã Titular

Comissão criada pela Sejap visita obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís

Clayton Montelles

Uma comissão formada por setores do poder público e sociedade civil visitou, na segunda-feira (18), as obras de construção do Presídio de Segurança Máxima em São Luís. Acompanhada do secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, a comissão analisou a situação das obras.

Criada pela secretária de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), em outubro do ano passado, para acompanhar a execução de projetos de reforma, ampliação e reaparelhamento do Sistema Penitenciário do Maranhão, a comissão, sob comando do engenheiro Glimm Marcos, passou por todos os setores em construção. Em cada local foi explicado como estavam sendo realizados os serviços, a forma de ventilação e materiais utilizados na construção.

O secretário Sebastião Uchôa destacou a velocidade do trabalho e se disse otimista quanto ao término. “É um passo importante para a implantação de um novo modelo no sistema prisional do Maranhão”, pontuou.

O engenheiro Glimm Marcos explicou que as alas carcerárias feitas com monoblocos de concretos vieram da cidade de Porto Alegre e que todo o resto do presídio está sendo construído por profissionais maranhenses, em sua maioria, da comunidade que



Visita da comissão às obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís

está sendo erguida a unidade prisional. “Apesar de alguns imprevistos, entre os quais as chuvas, estamos com cerca de 50% das obras em andamento. O trabalho segue inclusive nos finais de semana para que a obra seja entregue no prazo previsto”, disse.

Para a Juíza Titular da 1ª Vara de Execuções Penais da capital, Ana Maria Almeida, o acompanhamento da comissão às obras é fundamental. “Esperamos a conclusão para que se inicie esse novo modelo de carceragem no estado”.

Presentes à visita, o subsecretário e o adjunto da Sejap, Mário Leonardo e Kécio Rabelo; representando o juiz da

2ª Vara de Execução Penal, Fernando Mendonça, entre outros representantes de órgãos de secretarias de estado, poder Judiciário, Ministério Público e sociedade civil.

Presídio de Segurança Máxima

O Presídio de Segurança Máxima contará com 479 vagas, sendo dividido em quatro blocos para celas coletivas, para até oito internos; dois para celas disciplinares que garantem até dois internos; triagem e ainda celas para portadores de deficientes especiais (PEN). Cada bloco contará com seu solário, local em que é realizado o banho de sol.

As alas das carceragens

são feitas com monoblocos de concretos que, segundo a engenheira da Sejap, Cristiane Guimarães, são quatro vezes mais resistentes e impossíveis de escavar um túnel manualmente.

Além de toda estrutura da carceragem, a unidade prisional contará com setor administrativo, de saúde, psicológico, refeitório, lavanderia, alojamento para servidores e local para o parlatório e atendimento jurídico disponível em cada bloco. Para os agentes e monitores da unidade serão feitas passarelas entre as alas para que a circulação dentro do presídio seja segura e eficaz. (Aidê Rocha - Secom)

Educação de menores em conflito com a lei deve ser garantida pelo Estado

O Estado do Maranhão deve fornecer ou garantir a continuidade de escolarização (educação infantil, ensino básico e fundamental) – diretamente ou por meio de convênio com o município de Imperatriz – aos adolescentes e jovens que estejam internados provisoriamente ou em cumprimento de medida de internação.

A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que confirmou sentença de 1º Grau (Comarca de Imperatriz), contemplando menores em conflito com a lei do Centro de Juventude Semear e aqueles que cumprem medida de semiliberdade no Centro de Juventude Cidadã. A determi-

nação atende pleito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Ação Civil Pública interposta junto ao Poder Judiciário.

Defesa – Na apresentação de sua defesa, o Estado apontou a violação do princípio da separação dos poderes, alegando que cabe ao Executivo – de acordo com a sua conveniência e oportunidade – a realização de seus atos. Solicitou, ainda, a redução do valor da multa diária.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, afirmou que a sentença judicial não afeta quaisquer dos princípios da Administração, muito menos os da discricionariedade, da conveniência e da oportunidade.

JUDÔ

Alunas de projeto social do Judiciário vão disputar Campeonato Brasileiro

Seis alunas do programa "Caminho Suave Para a Cidadania", desenvolvido pelo Judiciário do Maranhão na Comarca de Passagem Franca, foram selecionadas para o Campeonato Brasileiro de Judô da Região 1, que abrange os estados do Maranhão, Pará, Amapá, Ceará e Piauí. O regional de judô está marcado para acontecer nos dias 3 e 4 de abril, em Fortaleza, Ceará.

Segundo o juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, titular da comarca e idealizador do projeto, para lutar na competição nacional as atletas participaram de um torneio seletivo, realizado em São Luís, no último fim de semana. "Ficamos e estamos satisfeitos com o desempenho de nossas alunas, que foram brilhantes. Esse nosso programa, em menos de um ano de desenvolvimento, já recebeu elogios formais por parte da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão e foi agraciado com a Medalha Madalena Serejo, da Associação dos Magistrados do Maranhão, por ter sido considerada a melhor prática social desenvolvida por Magistrados maranhenses no ano de 2013", destacou o magistrado.

As selecionadas foram: Aline Paiva Nunes, Glenda Linhares, Gonzala Alves da Silva, Maria Eduarda Alves, Michelle Alves e Raina Fernandes. Além delas, também obteve vaga o professor Kácio Santos, responsável pelas aulas do programa. Desde a sua implantação, os alunos do programa já participaram de quatro competições, sempre obtendo destaque. Entre essas competições, o 3º lugar na Copa Floriano, no Piauí, o 5º lugar na Copa Monte Branco, em São Luís, e o 5º lugar na II Copa Cidade de Teresina, que contou com 15 agremiações na disputa.



ALUNOS "Caminho Suave Para a Cidadania"

O desenvolvimento e apoio aos projetos sociais é um dos objetivos que a desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça, estabeleceu no início de sua gestão. Ela destacou que a atuação social do Judiciário tem se intensificado nos últimos anos. "A Justiça maranhense tem buscado acompanhar a evolução social, atuando também em outras frentes com a finalidade de atender cada vez melhor a população", afirmou.

"Caminho Suave Para a Cidadania" - O Projeto é direcionado à inclusão social de crianças e adolescentes por meio da prática esportiva do judô, e foi instituído na comarca pelo juiz Davi Meneses em abril de 2013. A iniciativa conta com o apoio do

promotor de Justiça da unidade, Carlos Pinto de Almeida Júnior, e da administração municipal de Passagem Franca. "Temos uma média de 70 alunos inscritos no programa. Trabalhamos, além da prática do esporte, na educação moral de crianças e jovens, sempre contando com o apoio do Ministério Público", ressaltou o juiz.

Interessados - De acordo com o magistrado, qualquer interessado pode participar do projeto. Os que forem enquadrados como de baixa renda não precisarão pagar qualquer valor; nem mesmo pelo "kimono" (roupa utilizada na prática esportiva) que utilizarão. De outro lado, os que não preencherem os requisitos daquela cate-

goria (nos termos dos artigos: 3º e 4º da Portaria nº. 04/2013 necessitarão pagar R\$ 25,00 de mensalidade e o valor da roupa kimono (que varia de R\$ 95,00 a R\$ 120,00 dependendo do tamanho), os quais serão revertidos em favor da manutenção do próprio projeto.

De acordo com o professor do projeto, Kácio Santos, faixa preta 2º Dan (nível para graduação de faixa), os atletas estão cada vez mais preparados e empenhados. "Nós, que integramos esse belo projeto social, continuaremos trabalhando com bastante disciplina para no ano de 2014 alcançarmos resultados ainda mais expressivos, dentro e fora dos tatames", garantiu o professor.

AÇAILÂNDIA

Reunião debate situação carcerária no Centro de Detenção da comarca

A execução de pena pelos apenados em regime semiaberto e aberto no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Açailândia foi tema de reunião, no dia 10 de março, promovida pela 6ª Promotoria de Justiça da comarca, que tem como titular a promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia.

Com a presença de representantes do Judiciário, Defensoria Pública, Pastoral Carcerária e entidades envolvidas com a questão do sistema penitenciário foram abordados assuntos como a criação do Conselho da Comunidade, conforme prevê a Lei de Execução Penal, bem como da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e do Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numeq).

Já instalado em Imperatriz, o Numeq tem o papel de realizar o monitoramento de visitas e acompanhamentos dos egressos, principalmente com relação ao descumprimento dos albergados nos regimes abertos e semiabertos. Durante a reunião foi decidido que seria buscado

um local adequado para cumprimento de penas do semiaberto e aberto, já que a comarca conta apenas com um Centro de Detenção Provisória que abrange todos os regimes de cumprimento de pena.

Acionado por meio de ofício da 6ª Promotoria, o secretário municipal de Administração de Açailândia, José Fernandes da Conceição, atendeu ao pedido disponibilizando uma sala da prefeitura para funcionamento do Núcleo de Assistência aos Egressos.

OUTROS ASSUNTOS – A remissão da pena (instituto pelo qual se dá como cumprida parte da pena por meio do trabalho do condenado) com atividades de música e leitura pelos apenados também foi discutida. O juiz da 5ª Vara de Açailândia, Pedro Guimarães Júnior, disse que irá editar portaria para regulamentar a iniciativa, que já é aplicada em presídios federais.

Na reunião, ficou determinada a data do dia 28 de abril para a realização da audiência pública, na Câmara de Vereadores, que vai debater a criação da

Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

O juiz Pedro Guimarães Júnior comprometeu-se em emitir as portarias e editais necessários para criação do Conselho da Comunidade, mecanismo de gestão da execução penal. Devendo existir em todas as comarcas, o conselho tem como atribuições: visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; entrevistar presos; apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário; e diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento. (Ascom / MPMA)

Ouvidoria do Judiciário promove audiência pública em Caxias

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoverá audiência pública com a população do polo judicial de Caxias – o terceiro maior do Estado –, em 27 de março, às 19h, no fórum da cidade, para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações sobre os serviços da Justiça Estadual oferecidos nas comarcas da região – Coelho Neto, Coratá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

De acordo com o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, a audiência será a primeira de uma série de ações a serem desenvolvidas pelo órgão visando uma maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade.

“É no contexto da Justiça democrática de proximidade que se avulta o papel da Ouvidoria, que não deve ser um órgão de representatividade apenas, mas que incorpora as suas ações ouvindo a manifestação do cidadão e recebendo o que se pode trazer de novidade ao Judiciário. Aí está a grande questão”, assinala.

Dados da Ouvidoria demonstram que reclamações sobre a morosidade processual correspondem a 77% do total das manifestações recebidas por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores.

“Já temos um panorama. A ideia é discutirmos as soluções com os juízes”, adianta Paulo Velten.

As manifestações apresentadas na audiência serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil.

Além da comunidade, o evento contará com a participação de magistrados, advogadas, integrantes do Ministério Público, entidades de classe, membros dos poderes Legislativo e Executivo, dirigentes de instituições, entre outros.

O Fórum Desembargador Arthur Almada Lima fica na Avenida Norte-Sul, Lote 2, Cidade Judiciária, Campo de Belém. (Ascom / TJMA)

Ouvidoria

Dia 27, às 19 horas, a Ouvidoria do TJMA promoverá audiência pública no Fórum Arthur Almada Lima, na Cidade Judiciária. O objetivo é de prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações sobre os serviços jurisdicionais em Caxias, Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon...

Reclamações

...Dados da própria Ouvidoria apontam reclamações sobre a morosidade processual em 77% do total das manifestações recebidas por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores...

Quadro

...Agora, acresça-se a isso a falta crônica de juízes em Caxias, etc, etc, e o angu será grosso para o ouvidor-geral, Paulo Velden, mastigar e digerir... A coisa é muito mais feia do que o quadro pintado pelos pincéis oficiais.

Ouvidoria do Judiciário promove audiência pública em Caxias

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoverá audiência pública com a população do polo judicial de Caxias – o terceiro maior do Estado –, no dia 27 de março, às 19 horas, no fórum da cidade, para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações sobre os serviços da Justiça Estadual oferecidos nas comarcas da região – Coelho Neto, Coarátá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

De acordo com o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, a audiência será a primeira de uma série de ações a serem desenvolvidas pelo órgão visando uma maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade.

Dados da Ouvidoria demonstram que reclamações sobre a morosidade processual correspondem a 77% do total das manifestações recebidas por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores.

As manifestações apresentadas na audiência serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil.

Vara da Infância e da Juventude da capital divulga pauta das audiências

A 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís divulgou a pauta das audiências concentradas, que serão realizadas em nove instituições. As audiências começam nesta quarta-feira, dia 19, na Casa da Criança Menino Jesus, que abriga 19 crianças. O encerramento das audiências está previsto para o dia 9 de abril, e serão presididas pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, que responde pela vara.

As outras instituições que receberão as audiências são a Casa de Passagem, Casa Sonho de Criança, Casa da Família, Lar de José, Educandário Santo Antônio, Lar Calábria, Lar Pouso Obras Sociais, e Casa Luz e Vida. Nesses abrigos, as crianças em situação de risco ficam acolhidas provisoriamente por decisão da Justiça.

A magistrada, ao editar a portaria determinando a realização das audiências e divulgando o cronograma de instituições que receberão essas audiências, levou em consideração o Provimento 32 do Conselho Nacional de Justiça, que trata das audiências concentradas para a verificação das situações das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional.

Audiência Concentrada – Nesse tipo de audiência atuam o juiz, o promotor e o defensor público, todos com competência para processar e julgar feitos da infância e da juventude, além da equipe interprofissional das varas da infância e dos abrigos que dão suporte ao trabalho dos operadores do Direito.

Comissão criada pela Sejap visita obras de Presídio de Segurança Máxima

Uma comissão formada por setores do poder público e sociedade civil visitou, na segunda-feira (18), as obras de construção do Presídio de Segurança Máxima em São Luís. Acompanhada do secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, a comissão analisou a situação das obras.

Criada pela secretária de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), em outubro do ano passado, para acompanhar a execução de projetos de reforma, ampliação e reaparelhamento do Sistema Penitenciário do Maranhão, a comissão, sob comando do engenheiro Glimm Marcos, passou por todos os setores em construção. Em cada local foi explicado como estavam sendo realizados os serviços, a forma de ventilação e materiais utilizados na construção.

O secretário Sebastião Uchôa destacou a velocidade do trabalho e se disse otimista quanto ao término. "É um passo importante para a implantação de um novo modelo no sistema prisional do Maranhão", pontuou.

O engenheiro Glimm Marcos explicou que as alas carcerárias feitas com monoblocos de concretos vieram da cidade de Porto Alegre e que todo o resto do presídio está sendo construído por profissionais maranhenses, em sua maioria, da comunidade que está sendo erguida a unidade prisional. "Apesar de alguns imprevistos, entre os quais as



Visita da comissão às obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís

chuvas, estamos com cerca de 50 % das obras em andamento. O trabalho segue inclusive nos finais de semana para que a obra seja entregue no prazo previsto", disse.

Para a Juíza Titular da 1ª Vara de Execuções Penais da capital, Ana Maria Almeida, o acompanhamento da comissão às obras é fundamental. "Esperamos a conclusão para que se inicie esse novo modelo de carceragem no estado".

Presentes à visita, o subsecretário e o adjunto da Sejap, Mário Leonardo e Kécio Rabello; representando o juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Fernando Mendonça, entre outros representantes de órgãos de secretarias de estado, poder Judiciário, Ministério Público e sociedade civil.

Presídio de Segurança Máxima - O Presídio de Segurança Máxima contará com 479 vagas sendo dividido em quatro blocos para celas coletivas, para

até oito internos; dois para celas disciplinares que garantem até dois internos; triagem e ainda celas para portadores de deficientes especiais (PEN). Cada bloco contará com seu solário, local em que é realizado o banho de sol.

As alas das carceragens são feitas com monoblocos de concretos que, segundo a engenheira da Sejap, Cristiane Guimarães, são quatro vezes mais resistentes e impossíveis de escavar um túnel manualmente.

Além de toda estrutura da carceragem, a unidade prisional contará com setor administrativo, de saúde, psicológico, refeitório, lavanderia, alojamento para servidores e local para o parlatório e atendimento jurídico disponível em cada bloco. Para os agentes e monitores da unidade serão feitas passarelas entre as alas para que a circulação dentro do presídio seja segura e eficaz.